

RELATÓRIO ANUAL 2020

SICOOB LESTE



SICOOB

SUMÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	03
BALANÇOS PATRIMONIAS.....	04
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS.....	05
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	06
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE.....	07
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	07
NOTAS EXPLICATIVAS.....	08
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL	29

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO NOS ESTADOS
DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA - SICOOB LESTE**

CNPJ: 02.493.000/0001-04

NIRE: 27400001198

Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia – Sicoob Leste, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 16 (Dezesseis) **delegados**, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **15 de abril de 2021** às 14h00, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação; às 15h00, com a presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação; ou às 16h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

1. Prestação das contas do exercício de 2020;
2. Destinação do resultado do exercício 2020;
3. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamentos dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;
4. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma **DIGITAL**, transmitida da sede do Sicoob Leste, situado na Rua Sá e Albuquerque, nº 792, Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57022-180, **por meio do aplicativo Sicoob Moob**, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os delegados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobleste/relatorios>

Maceió/AL, 23 de fevereiro de 2021

Nivaldo do Nascimento
Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAS

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		142.723.754,90	94.108.064,98
Circulante		77.639.090,08	46.498.550,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	55.321.596,15	28.726.628,62
Disponibilidades		3.747.448,04	7.384.822,82
Centralização Financeira - Cooperativas		51.574.148,11	21.341.805,80
Instrumentos Financeiros	5	3.621.605,30	3.141.973,81
Títulos e Valores Mobiliários		3.621.605,30	3.141.973,81
Operações de Crédito	6	17.958.121,58	14.149.166,05
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		18.408.289,87	14.817.967,59
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.313.048,35)	(1.020.243,70)
Financiamentos		1.010.572,36	366.085,63
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(147.692,30)	(14.643,47)
Outros Créditos	7	597.764,42	360.123,37
Créditos por Avais e Fianças Honradas		208.872,10	76.177,31
Rendas a Receber		170.383,66	99.662,08
Diversos		402.203,95	219.624,49
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		8.281,43	18.682,29
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(191.976,72)	(54.022,80)
Outros Valores e Bens	8	140.002,63	120.658,27
Outros Valores e Bens		6.104,00	3.829,00
Despesas Antecipadas		133.898,63	116.829,27
Não Circulante		65.084.664,82	47.609.514,86
Realizável a Longo Prazo		57.849.140,84	42.253.387,84
Operações de Crédito	6	57.849.140,84	42.253.387,84
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		58.130.402,17	43.175.441,38
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.174.446,20)	(1.650.235,15)
Financiamentos		2.033.957,70	754.510,91
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(140.772,83)	(26.329,30)
Permanente		7.235.523,98	5.356.127,02
Investimentos	9	3.970.519,95	3.630.484,33
Participação em Cooperativa Central de Crédito		3.970.519,95	3.630.484,33
Imobilizado de Uso	10	3.187.077,10	1.717.770,06
Imobilizado de Uso		5.247.922,54	3.658.033,58
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.060.845,44)	(1.940.263,52)
Intangível		77.926,93	7.872,63
Ativos Intangíveis		175.356,06	56.888,79
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(97.429,13)	(49.016,16)
Total do Ativo		142.723.754,90	94.108.064,98

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		102.941.698,64	58.739.847,80
Circulante		100.992.708,57	56.862.406,74
Depósitos	11	95.210.162,49	52.289.811,94
Depósitos à Vista		36.811.367,00	14.510.141,89
Depósitos Sob Aviso		496.923,12	483.540,18
Depósitos à Prazo		57.901.872,37	37.296.129,87
Outras Obrigações	12	5.782.546,08	4.572.594,80
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		95,42	495,73
Sociais e Estatutárias	12.1	3.638.289,35	3.109.256,55
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	12.2	260.646,49	223.359,88
Diversas	12.3	1.883.514,82	1.239.482,64
Não Circulante		1.948.990,07	1.877.441,06
Outras Obrigações	12	1.948.990,07	1.877.441,06
Diversas		1.661,04	159,27
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	12.3	1.947.329,03	1.877.281,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.782.056,26	35.368.217,18
Capital Social	14.a	27.093.989,80	25.767.090,77
De Domiciliados No País		27.236.281,40	26.054.754,26
(-) Capital A Realizar		(142.291,60)	(287.663,49)
Reserva de Sobras	14.b	10.449.620,12	7.651.562,20
Sobras ou Perdas Acumuladas	14.c/d	2.238.446,34	1.949.564,21
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		142.723.754,90	94.108.064,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		9.202.458,77	18.040.592,39	9.278.145,60	17.803.002,48
Operações de Crédito	16	8.693.653,12	16.941.334,81	8.544.314,35	16.394.754,46
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.b	35.275,04	97.267,79	77.215,66	150.619,48
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	473.530,61	1.001.989,79	656.615,59	1.257.628,54
Dispêndio da Intermediação Financeira	17	(1.876.598,50)	(2.982.159,01)	(1.918.431,56)	(3.523.079,00)
Operações de Captação no Mercado		(562.990,10)	(1.284.067,20)	(1.003.950,67)	(1.924.951,06)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	(33,86)	(33,86)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(1.313.608,40)	(1.698.091,81)	(914.447,03)	(1.598.094,08)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		7.325.860,27	15.058.433,38	7.359.714,04	14.279.923,48
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(3.484.758,39)	(8.330.109,49)	(3.921.837,94)	(7.768.119,93)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	18	2.379.244,41	4.371.469,49	1.877.274,03	3.372.193,09
Rendas (Ingressos) de Tarifas	19	936.089,82	1.842.470,92	1.055.294,11	2.008.345,63
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	20	(3.624.324,67)	(6.948.758,32)	(3.159.625,50)	(5.900.691,72)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	21	(4.157.264,97)	(8.294.111,13)	(4.179.570,77)	(8.023.424,95)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(109.661,72)	(227.594,07)	(135.634,72)	(264.456,04)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	22	1.243.597,48	1.335.518,67	825.743,96	1.390.199,49
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	23	(218.256,86)	(340.418,01)	(151.846,34)	(260.885,16)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		-	(16.514,94)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		65.818,12	(52.172,10)	(53.472,71)	(89.400,27)
Resultado Operacional		3.841.101,88	6.728.323,89	3.437.876,10	6.511.803,55
Outras Receitas e Despesas	24	(46.298,47)	(41.683,21)	(29.045,77)	(27.027,92)
Outras Receitas		3.719,87	8.847,07	7.907,39	13.534,94
Outras Despesas		(50.018,34)	(50.530,28)	(36.953,16)	(40.562,86)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.794.803,41	6.686.640,68	3.408.830,33	6.484.775,63
Imposto de Rendas		(7.904,50)	(34.996,31)	(6.436,17)	(26.180,81)
Contribuição Social		(8.233,85)	(32.365,91)	(6.704,35)	(24.758,29)
Participações nos Resultados de Empregados		(172.617,79)	(172.617,79)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.606.047,27	6.446.660,67	3.395.689,81	6.433.836,53
Destinações Legais e Estatutárias		-	(3.506.080,03)	-	(3.042.277,07)
FATES	12.1.a	-	(708.022,11)	-	(605.321,79)
Reserva Legal	14.b/d	-	(2.798.057,92)	-	(2.436.955,28)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		3.606.047,27	2.940.580,64	3.395.689,81	3.391.559,46
Juros ao Capital	15	(702.134,29)	(702.134,29)	(1.441.995,25)	(1.441.995,25)
Sobras/Perdas Líquidas		2.903.912,98	2.238.446,35	1.953.694,56	1.949.564,21

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		25.420.757,81	(183.595,60)	5.214.606,92	1.584.874,21	32.036.643,34
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.556.692,87)	(1.556.692,87)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(28.181,35)	(28.181,35)
Por Subscrição/Realização		4.013.011,92	(104.067,89)	-	-	3.908.944,03
Por Devolução (-)		(4.800.389,66)	-	-	-	(4.800.389,66)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	6.433.836,53	6.433.836,53
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(1.441.995,25)	(1.441.995,25)
Juros ao Capital	15	1.431.240,00	-	-	-	1.431.240,00
IRRF sobre Juros ao Capital		(9.865,81)	-	-	-	(9.865,81)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(117.930,73)	(117.930,73)
Fundo de Reserva	14.b/d	-	-	2.436.955,28	(2.436.955,28)	-
F A T E S	12.1.a	-	-	-	(487.391,06)	(487.391,06)
Saldo em 31/12/2019		26.054.754,26	(287.663,49)	7.651.562,20	1.949.564,21	35.368.217,18
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.919.855,39)	(1.919.855,39)
Ao Capital		12.754,09	-	-	(12.754,09)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(16.954,74)	(16.954,74)
Por Subscrição/Realização		4.085.862,45	145.371,89	-	-	4.231.234,34
Por Devolução (-)		(3.612.422,68)	-	-	-	(3.612.422,68)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	6.446.660,67	6.446.660,67
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(702.134,29)	(702.134,29)
Juros ao Capital	15	695.501,59	-	-	-	695.501,59
IRRF sobre Juros ao Capital		(168,31)	-	-	-	(168,31)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(148.410,53)	(148.410,53)
Fundo de Reserva	14.b/d	-	-	2.798.057,92	(2.798.057,92)	-
F A T E S	12.1.a	-	-	-	(559.611,58)	(559.611,58)
Saldo em 31/12/2020		27.236.281,40	(142.291,60)	10.449.620,12	2.238.446,34	39.782.056,26
Saldo em 30/06/2019		24.349.422,37	(251.299,66)	5.214.606,92	3.038.146,72	32.350.876,35
Por Subscrição/Realização		2.068.125,26	(36.363,83)	-	-	2.031.761,43
Por Devolução (-)		(1.784.167,56)	-	-	-	(1.784.167,56)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	3.395.689,81	3.395.689,81
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(1.441.995,25)	(1.441.995,25)
Juros ao Capital	15	1.431.240,00	-	-	-	1.431.240,00
IRRF sobre Juros ao Capital		(9.865,81)	-	-	-	(9.865,81)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(117.930,73)	(117.930,73)
Fundo de Reserva	14.b/d	-	-	2.436.955,28	(2.436.955,28)	-
F A T E S	12.1.a	-	-	-	(487.391,06)	(487.391,06)
Saldo em 31/12/2019		26.054.754,26	(287.663,49)	7.651.562,20	1.949.564,21	35.368.217,18
Saldo em 30/06/2020		25.958.388,00	(314.523,37)	7.651.562,20	4.790.177,61	38.085.604,44
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.919.855,39)	(1.919.855,39)
Ao Capital		12.754,09	-	-	(12.754,09)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(16.954,74)	(16.954,74)
Por Subscrição/Realização		1.982.746,55	172.231,77	-	-	2.154.978,32
Por Devolução (-)		(1.412.940,52)	-	-	-	(1.412.940,52)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	3.606.047,27	3.606.047,27
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(702.134,29)	(702.134,29)
Juros ao Capital	15	695.501,59	-	-	-	695.501,59
IRRF sobre Juros ao Capital		(168,31)	-	-	-	(168,31)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(148.410,53)	(148.410,53)
Fundo de Reserva	14.b/d	-	-	2.798.057,92	(2.798.057,92)	-
F A T E S	12.1.a	-	-	-	(559.611,58)	(559.611,58)
Saldo em 31/12/2020		27.236.281,40	(142.291,60)	10.449.620,12	2.238.446,34	39.782.056,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		3.606.047,27	6.446.660,67	3.395.689,81	6.433.836,53
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente	25	3.606.047,27	6.446.660,67	3.395.689,81	6.433.836,53

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.606.047,27	6.446.660,67	3.395.689,81	6.433.836,53
Juros ao Capital Recebido		(487.782,76)	(487.782,76)	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		172.617,79	172.617,79	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		1.313.608,40	1.698.091,81	914.447,03	1.598.094,08
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		137.941,63	350.789,93	114.416,17	193.289,76
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado		-	(300,08)	(600,16)	(1.200,32)
Depreciações e Amortizações		173.595,97	336.699,38	222.238,52	484.202,08
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		4.916.028,30	8.516.776,74	4.645.591,21	8.708.222,13
Títulos e Valores Mobiliários		(33.853,43)	(479.631,49)	(660.832,44)	(389.994,31)
Operações de Crédito		(18.108.325,96)	(21.102.800,34)	(4.997.317,81)	(9.599.250,52)
Outros Créditos		63.583,69	(237.641,05)	10.851,77	(151.142,08)
Outros Valores e Bens		34.321,46	(19.344,36)	89.410,38	25.565,76
Depósitos à Vista		11.741.382,43	22.301.225,11	3.749.370,31	7.462.849,77
Depósitos sob Aviso		4.857,28	13.382,94	(696.240,60)	(666.869,84)
Depósitos à Prazo		15.847.888,47	20.605.742,50	4.948.637,24	9.896.782,65
Outras Obrigações		(2.185.859,98)	123.320,50	(2.016.140,30)	(579.309,98)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(148.410,53)	(148.410,53)	(117.930,73)	(117.930,73)
FATES Sobras Exercício		(559.611,58)	(559.611,58)	(487.391,06)	(487.391,06)
Imposto de Renda		(7.904,50)	(34.996,31)	(6.436,17)	(26.180,81)
Contribuição Social		(8.233,85)	(32.365,91)	(6.704,35)	(24.758,29)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		11.555.861,80	28.945.646,22	4.454.867,45	14.050.592,69
Recebimento de Juros ao Capital		487.782,76	487.782,76	-	-
Aquisição de Intangível		11.115,07	(75.423,29)	193,46	(6.309,82)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.758.255,15)	(1.800.337,35)	(57.961,59)	(324.811,27)
Aquisição de investimentos		(280.035,62)	(340.035,62)	(221.288,98)	(281.288,98)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(1.539.392,94)	(1.728.013,50)	(279.057,11)	(612.410,07)
Aumento por Novos Aportes de Capital		2.154.978,32	4.231.234,34	2.031.761,43	3.908.944,03
Devolução de Capital à Cooperados		(1.412.940,52)	(3.612.422,68)	(1.784.167,56)	(4.800.389,66)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(16.954,74)	(16.954,74)	-	(28.181,35)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(1.919.855,39)	(1.919.855,39)	-	(1.556.692,87)
Juros ao Capital pago		695.501,59	695.501,59	1.431.240,00	1.431.240,00
IRRF sobre Juros ao Capital		(168,31)	(168,31)	(9.865,81)	(9.865,81)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(499.439,05)	(622.665,19)	1.668.968,06	(1.054.945,66)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.517.029,81	26.594.967,53	5.844.778,40	12.383.236,96
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	45.804.566,34	28.726.628,62	22.881.850,22	16.343.391,66
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	55.321.596,15	55.321.596,15	28.726.628,62	28.726.628,62
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.517.029,81	26.594.967,53	5.844.778,40	12.383.236,96

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA - SICOOB LESTE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA - SICOOB LESTE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/04/1998**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE – SICOOB CENTRAL NE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB LESTE** possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARACAJU - SE, SALVADOR - BA, ARAPIRACA - AL, MACEIÓ - AL, CAMAÇARI - BA**.

O **SICOOB LESTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.



2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA - SICOOB LESTE junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL NE**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.



j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	3.747.448,04	7.384.822,82
Relações interfinanceiras - Centralização financeira (b)	51.574.148,11	21.341.805,80
TOTAL	55.321.596,15	28.726.628,62

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL NORDESTE, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 1.257.628,54 e R\$ 1.001.989,79, respectivamente, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.



5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	3.621.605,30	-	3.141.973,81	-
TOTAL	3.621.605,30	-	3.141.973,81	-

a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL NORDESTE, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a Central.

b) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 97.267,79 e R\$ 150.619,48.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	18.408.289,87	58.130.402,17	76.538.692,04	57.993.408,97
Financiamentos	1.010.572,36	2.033.957,70	3.044.530,06	1.120.596,54
Total de Operações de Crédito	19.418.862,23	60.164.359,87	79.583.222,10	59.114.005,51
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.460.740,65)	(2.315.219,03)	(3.775.959,68)	(2.711.451,62)
TOTAL	17.958.121,58	57.849.140,84	75.807.262,42	56.402.553,89

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	7.443.618,03	91.826,06	7.535.444,09	-	3.463.669,49	-
A	0,5%	Normal	28.258.449,90	410.713,29	28.669.163,19	(143.345,82)	20.360.207,61	(101.801,04)
B	1%	Normal	15.325.015,33	684.667,98	16.009.683,31	(160.096,83)	14.266.743,39	(142.667,43)
B	1%	Vencidas	33.939,41	-	33.939,41	(339,39)	19.546,02	(195,46)
C	3%	Normal	14.724.085,93	1.271.939,83	15.996.025,76	(479.880,77)	11.900.909,55	(357.027,29)
C	3%	Vencidas	132.095,80	5.896,70	137.992,50	(4.139,78)	18.249,31	(547,48)
D	10%	Normal	5.672.822,16	300.211,65	5.973.033,81	(597.303,38)	5.214.414,80	(521.442,34)
D	10%	Vencidas	86.051,11	-	86.051,11	(8.605,11)	74.071,43	(7.407,14)
E	30%	Normal	2.917.303,68	66.140,98	2.983.444,66	(895.033,40)	2.801.138,83	(840.341,65)
E	30%	Vencidas	103.855,51	-	103.855,51	(31.156,65)	81.078,51	(24.323,55)
F	50%	Normal	839.186,99	-	839.186,99	(419.593,50)	279.031,90	(139.515,95)
F	50%	Vencidas	149.534,24	-	149.534,24	(74.767,12)	2.138,43	(1.069,22)
G	70%	Normal	218.266,63	-	218.266,63	(152.786,64)	87.423,25	(61.196,27)
G	70%	Vencidas	56.411,20	72.557,47	128.968,67	(90.278,07)	104.887,31	(73.421,12)
H	100%	Normal	170.415,63	-	170.415,63	(170.415,63)	169.120,04	(169.120,04)
H	100%	Vencidas	407.640,49	140.576,10	548.216,59	(548.216,59)	271.375,64	(271.375,64)
Total Normal			75.569.164,28	2.825.499,79	78.394.664,07	(3.018.455,97)	58.542.658,86	(2.333.112,01)
Total Vencidos			969.527,76	219.030,27	1.188.558,03	(757.502,71)	571.346,65	(378.339,61)
Total Geral			76.538.692,04	3.044.530,06	79.583.222,10	(3.775.958,68)	59.114.005,51	(2.711.451,62)
Provisões			(3.487.494,55)	(288.465,13)	(3.775.959,68)		(2.711.451,62)	
Total Líquido			73.051.197,49	2.756.064,93	75.807.262,42		56.402.553,89	

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	7.935.932,93	1.635.519,90	9.571.452,83	12%
Pessoa Física	68.602.759,11	1.409.010,16	70.011.769,27	88%
TOTAL	76.538.692,04	3.044.530,06	79.583.222,10	100%

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.711.451,62)	(2.428.748,61)
Constituições	(3.675.350,33)	(2.930.440,90)
Reversões	2.217.351,24	1.408.822,54
Transferência para prejuízo	393.491,03	1.238.915,35
TOTAL	(3.775.959,68)	(2.711.451,62)

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	552.679,89	1,00%	345.478,70	1,00%
10 Maiores Devedores	4.035.606,88	5,00%	3.167.599,54	5,00%
50 Maiores Devedores	14.724.923,33	18,00%	11.746.529,83	20,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.449.902,30	2.512.306,91
Valor das operações transferidas no período	393.491,03	1.238.915,35
Valor das operações recuperadas no período	(211.374,66)	(301.319,96)
TOTAL	3.632.018,67	3.449.902,30

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/12/2020	30/12/2019
Avais e Fianças Honrados (a)	208.872,10	76.177,31
Rendas a Receber (b)		
Serviços prestados a receber	85.306,59	766,10
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	85.077,07	98.895,98
Diversos		
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	255.652,64	500,00
Adiantamentos e antecipações salariais	13.828,22	-
Adiantamentos por conta de imobilizações (d)	43.524,75	25.813,67
Impostos e contribuições a compensar	8.281,43	18.682,29
Pagamentos a ressarcir	523,59	411,46
Títulos e créditos a receber	31.085,55	38.714,20
Devedores diversos - país	57.589,20	154.185,16
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(191.976,72)	(54.022,80)
TOTAL	597.764,42	360.123,37

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 80.203,47), rendas de serviços de convênios a receber (R\$975,39) e outras rendas de (R\$ 4.127,73).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB NORDESTE referente ao mês de 12/2020.

(d) Refere-se a valores antecipado à fornecedores por conta de futura aquisição de bens do imobilizado.



(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Vencidas	21.326,71	21.326,71	(6.398,01)	23.247,58	(6.974,27)
F	50%	Vencidas	2.779,39	2.779,39	(1.389,70)	11.015,22	(5.507,61)
G	70%	Vencidas	1.923,31	1.923,31	(1.346,32)	1.245,38	(871,77)
H	100%	Vencidas	182.842,69	182.842,69	(182.842,69)	40.669,13	(40.669,13)
Total Vencidos			208.872,10	208.872,10	(191.976,72)	76.177,31	(54.022,78)
Total Geral			208.872,10	208.872,10	(191.976,72)	76.177,31	(54.022,78)
Provisões			(191.976,72)	(191.976,72)		(54.022,78)	
Total Líquido			16.895,38	16.895,38		22.154,53	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Material em Estoque	6.104,00	-	3.829,00	-
Despesas Antecipadas (a)	133.898,63	-	116.829,27	-
TOTAL	140.002,63	-	120.658,27	-

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	3.970.519,95	3.630.484,33
TOTAL	3.970.519,95	3.630.484,33

(a) Refere-se a cotas de capital na SICOOB CENTRAL NORDESTE.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		1.632.923,70	103.843,65
Terrenos		71.925,00	71.925,00
Edificações	4%	403.563,02	403.563,02
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(128.749,62)	(112.607,10)
Instalações	10%	711.533,38	1.362.187,50
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(297.351,56)	(830.780,32)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.779.451,00	519.015,31
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(996.394,90)	(245.315,71)
Sistema de Comunicação	20%	-	49.958,37
Sistema de Processamento de Dados	20%	916.894,11	880.625,05
Sistema de Segurança	10%	317.561,86	231.123,68
Sistema de Transporte	20%	35.792,00	35.792,00
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		612.734,44	-
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.872.805,33)	(751.560,39)
TOTAL		3.187.077,10	1.717.770,06

(a) As imobilizações em curso referem-se a expansão da Cooperativa, por meio da abertura de 2 pontos de atendimentos e serão alocadas no grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	36.811.367,00		14.510.141,89	
Depósito Sob Aviso	496.923,12	0,16	483.540,18	0,37
Depósito a Prazo	57.901.872,37	0,16	37.296.129,87	0,36
TOTAL	95.210.162,49		52.289.811,94	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil Reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	4.582.810,34	5,00%	2.298.938,42	4,00%
10 Maiores Depositantes	23.318.845,74	25,00%	14.296.921,63	28,00%
50 Maiores Depositantes	48.765.830,59	52,00%	29.099.567,36	56,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.857,28)	(13.382,94)	(28.591,89)	(63.809,53)
Despesas de Depósitos a Prazo	(498.310,80)	(1.168.786,68)	(939.885,42)	(1.796.549,33)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(59.822,02)	(101.897,58)	(35.473,36)	(64.592,20)
TOTAL	(562.990,10)	(1.284.067,20)	(1.003.950,67)	(1.924.951,06)

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	95,42	-	495,73	-
Sociais e Estatutárias	3.638.289,35	-	3.109.256,55	-
Fiscais e Previdenciárias Correntes e Diferidas	260.646,49	-	223.359,88	-
Diversas	1.883.514,82	1.661,04	1.239.482,64	159,27
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	-	1.947.329,03	-	1.877.281,79
TOTAL	5.782.546,08	1.948.990,07	4.572.594,80	1.877.441,06

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	1.153.933,21	-	702.381,13	-
Resultado de Atos com não Associados (a)	508.736,13	-	367.067,90	-
Sobras Líquidas a Distribuir	23.906,41	-	29.117,89	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.766.103,04	-	2.010.689,63	-
Provisão para Participação nos Lucros	172.617,79	-	-	-
Gratificações a pagar	12.992,77	-	-	-
TOTAL	3.638.289,35	-	3.109.256,55	-



(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	-	29,67	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	76.597,09	-	55.928,20	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	158.358,79	-	145.192,15	-
Outros	25.690,61	-	22.209,86	-
TOTAL	260.646,49	-	223.359,88	-

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	54.298,98	-	11.434,38	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	16.100,31	-	39,44	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	909.417,31	-	566.392,01	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	1.947.329,03	-	1.877.281,79
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	229.495,42	1.661,04	178.825,09	159,27
Credores Diversos - País	674.202,80	-	482.791,72	-
TOTAL	1.883.514,82	1.948.990,07	1.239.482,64	1.877.441,06

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e administrativas.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.722.893,67 (R\$ 4.518.204,36 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB LESTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020** e **2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2020**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 1.326.899,03** por meio da Capitalização por seus cooperados.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	27.093.989,80	25.767.090,77
Associados	4.503	3.890

b) Reserva de Sobras

Representada pelo Fundo de Reserva, que é formado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16/07/2020, os cooperados deliberaram pela distribuição em conta corrente da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 1.949.564,22.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	5.744.526,37	4.991.841,28
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(148.410,53)	(117.930,73)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.596.115,84	4.873.910,55
Destinações estatutárias	(3.357.669,50)	(2.924.346,33)
Reserva legal - 50%	(2.798.057,92)	(2.436.955,28)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(559.611,58)	(487.391,06)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.238.446,34	1.949.564,22

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 702.134,29, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.441.995,25, equivalente a 100% da variação da SELIC.



16. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	16.937,90	33.219,81	12.498,74	33.037,78
Rendas De Empréstimos	8.165.227,88	16.030.975,36	8.185.338,30	15.727.289,29
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	132.447,44	247.304,02	62.718,20	71.867,89
Rendas De Financiamentos	180.985,39	312.119,56	100.557,13	159.600,92
Rendas De Repasses Interfinanceiros	942,17	942,17	-	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	197.112,34	316.773,89	183.201,98	402.958,58
TOTAL	8.693.653,12	16.941.334,81	8.544.314,35	16.394.754,46

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(562.990,10)	(1.284.067,20)	(1.003.950,67)	(1.924.951,06)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos e Repasses	-	-	(33,86)	(33,86)
Provisões para Operações de Crédito	(1.313.608,40)	(1.698.091,81)	(914.447,03)	(1.598.094,08)
TOTAL	(1.876.598,50)	(2.982.159,01)	(1.918.431,56)	(3.523.079,00)

18. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.592.115,60	2.982.056,12	1.373.673,52	2.492.744,31
Rendas de Serviços de Custódia	-	510,64	-	-
Rendas de outros serviços -	787.128,81	1.388.902,73	503.600,51	879.448,78
TOTAL	2.379.244,41	4.371.469,49	1.877.274,03	3.372.193,09

19. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	325.785,68	653.541,84	326.531,26	652.075,52
Rendas de Serviços Prioritários - PF	239.038,16	497.939,80	339.325,22	661.169,25
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	17,00	17,00	-	56,90
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	371.248,98	690.972,28	389.437,63	695.043,96
TOTAL	936.089,82	1.842.470,92	1.055.294,11	2.008.345,63

20. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(41.027,40)	(82.054,80)	(48.586,86)	(79.739,42)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(506.297,70)	(992.937,87)	(465.670,68)	(889.911,08)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(600.733,12)	(1.164.089,77)	(549.880,60)	(1.002.442,40)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(699.394,63)	(1.358.067,38)	(624.855,80)	(1.167.362,18)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.756.554,13)	(3.311.517,65)	(1.444.191,35)	(2.713.818,18)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(977,02)	(2.223,02)	(880,00)	(1.040,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(19.340,67)	(37.867,83)	(25.560,21)	(46.378,46)
TOTAL	(3.624.324,67)	(6.948.758,32)	(3.159.625,50)	(5.900.691,72)

21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(109.710,26)	(208.794,74)	(114.865,65)	(220.076,21)
Despesas de Aluguéis	(413.497,41)	(712.251,68)	(276.339,05)	(544.293,24)
Despesas de Comunicações	(139.951,76)	(327.200,89)	(178.273,06)	(332.226,16)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(38.926,34)	(77.431,35)	(25.865,26)	(82.654,63)
Despesas de Material	(26.818,04)	(52.954,25)	(28.796,92)	(56.105,37)
Despesas de Processamento de Dados	(234.818,76)	(501.893,58)	(295.810,55)	(547.367,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(123.532,32)	(156.151,41)	(86.692,42)	(127.205,40)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10.031,20)	(62.731,53)	(55.210,21)	(115.406,94)
Despesas de Publicações	(1.180,00)	(4.330,00)	(168,18)	(848,18)
Despesas de Seguros	(65.271,09)	(94.890,52)	(30.699,63)	(47.241,58)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.141.713,65)	(2.374.749,21)	(1.102.357,76)	(2.142.643,96)
Despesas de Serviços de Terceiros	(150.752,56)	(300.598,85)	(127.921,90)	(248.904,14)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(153.505,61)	(308.075,20)	(150.478,67)	(285.963,31)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(119.880,27)	(200.795,79)	(74.441,01)	(142.030,84)
Despesas de Transporte	(218.663,99)	(395.773,22)	(150.625,72)	(288.174,20)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(832,00)	(1.017,73)
Despesas de Viagem no País	(21.958,69)	(51.698,52)	(111.885,36)	(163.316,53)
Despesas de Amortização	(2.944,69)	(5.669,07)	(2.768,00)	(40.472,78)
Despesas de Depreciação	(170.651,28)	(331.030,31)	(219.470,52)	(443.729,30)
Outras Despesas Administrativas	(604.883,39)	(1.200.806,42)	(658.595,59)	(1.254.895,32)
Emolumentos judiciais e cartorários	(11.839,52)	(22.788,97)	(10.453,94)	(25.403,96)
Contribuição a OCE	(1.500,00)	(2.950,00)	(28.180,82)	(56.461,64)
Rateio de despesas da Central	(323.761,57)	(743.732,65)	(361.379,82)	(689.610,94)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(71.472,57)	(156.812,97)	(87.458,73)	(167.375,57)
TOTAL	(4.157.264,97)	(8.294.111,13)	(4.179.570,77)	(8.023.424,95)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	292.511,59	392.521,61	253.841,79	375.776,70
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	203.759,75	298.617,83	60.943,46	103.889,49
Deduções e abatimentos	8.711,42	11.858,39	646,96	646,96
Outras rendas operacionais	385.982,52	101.959,51	101.527,83	58.711,80
Rendas oriundas de cartões de crédito	352.632,20	530.561,33	408.783,92	851.174,54
TOTAL	1.243.597,48	1.335.518,67	825.743,96	1.390.199,49

23. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(181.764,02)	(277.743,82)	(113.206,72)	(198.812,99)
Descontos concedidos - operações de crédito	(5.091,26)	(5.095,31)	-	-
Cancelamento - tarifas pendentes	(31.401,58)	(57.578,88)	(38.639,62)	(62.072,17)
TOTAL	(218.256,86)	(340.418,01)	(151.846,34)	(260.885,16)

24. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	3.719,87	8.847,07	7.907,39	13.534,94
(-) Perdas de Capital	(50.018,34)	(50.530,28)	(36.953,16)	(40.562,86)
Resultado Líquido	(46.298,47)	(41.683,21)	(29.045,77)	(27.027,92)

25. Resultado Abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente - DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa, as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.



As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.422,39	0,0029%	1,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	368.881,01	0,3158%	2.012,14
TOTAL	372.303,40	0,3188%	2.013,14
Montante das Operações Passivas	3.611.820,39	6,1881%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	804,20	24,13	0,0742%
Empréstimos	760.132,04	21.240,99	1,0348%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	331.579,66	0,9063%	0%
Depósitos a Prazo	5.946.642,85	10,1828%	0,1724%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,6217%	56,0444%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	102,2901% da taxa CDI	159,0062%

(*). Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,4130%
Aplicações Financeiras	6,1881%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	7.046,82

e) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	41.027,40	82.054,80	48.586,86	79.739,42
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	506.297,70	992.937,87	465.670,68	889.911,08
Encargos – Diretoria e Conselho	122.441,74	239.731,41	119.026,23	222.662,38

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA - SICOOB LESTE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL NE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL NE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB LESTE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL NE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL NE**:

Descrição	2020	2019
TRANSAÇÕES PATRIMONIAIS		
Participação em Cooperativa Central – Integralização de Capital	3.970.519,95	3.630.484,33
Centralização Financeira	51.574.148,11	21.341.805,80
Títulos e Valores mobiliários	3.621.605,30	3.141.973,81
TRANSAÇÕES DE RESULTADO		
Rentabilidade da Centralização Financeira	1.001.989,79	1.257.628,54
Resultado de operações com TVM	97.267,79	150.619,48
Recebimento de Juros integralizado ao Capital	101.959,51	161.288,98
Despesa de Rateio Central	743.732,65	689.610,94

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.



28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais (b)	1.937.985,98	-	1.877.281,79	-
TOTAL	1.937.985,98	-	1.877.281,79	-

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB LESTE**, existe um processo judicial no qual a cooperativa figura como polo passivo e foi classificado com risco de perda possível, totalizando R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Refere-se a processo de natureza cível.

b) Quanto as provisões para demandas judiciais, segue detalhamento dessas ações:

Ação Judicial nº 0007123-85.2007.4.05.8000 - Imposto de Renda Sobre Juros ao Capital

Em 2007, a administração da Cooperativa apresentou em Assembleia Geral Extraordinária a necessidade de propositura de uma ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico - Tributário para discutir em juízo a incidência do Imposto



de Renda sobre os Juros atribuídos às quotas-partes do capital integralizadas, onde foi aprovado por unanimidade e o processo foi registrado com o nº 0007123-85.2007.4.05.8000. Sendo proferida sentença favorável à pretensão dessa Cooperativa, na qual foi confirmada através de liminar pleiteada, permitindo que precedesse ao provisionamento feito em uma conta contábil a própria Cooperativa, dos valores correspondentes à retenção do imposto de renda efetivada sobre os juros do capital integralizado dos cooperados.

Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.362.995 – AL (2013/0009417-8), interposto pela Fazenda Nacional, reformou as decisões proferidas pelos Juízes anteriores, decidindo, portanto, de forma desfavorável à pretensão da cooperativa, por entender ser devida a incidência de IRPF sobre os juros distribuídos ao capital social, por configurar acréscimo patrimonial, independentemente de se tratar ato cooperativo típico. Neste sentido, cumpre à Fazenda Pública pleitear a autorização judicial para que o depósito/aprovisionamento realizado seja transformado em pagamento definitivo, devendo a Cooperativa, portanto, aguardar que essa decisão seja proferida.

Ação Judicial nº 0801762-28.2015.4.05.8500 - IOF (Ponto de Atendimento - Sergipe)

Trata-se de ação judicial movida pela cooperativa para discutir a incidência de IOF sobre atos cooperativos. Obtivemos êxito na ação instância de primeiro grau, bem como, no Tribunal Regional Federal, qual reconheceu a inexistência de relação jurídico-tributária que vincule a autora, enquanto cooperativa de crédito à União Federal, para efeito da exigência da retenção e recolhimento do IOF sobre os atos cooperativos, insuscetíveis de tributação, condenando a União Federal à devolução dos valores recolhidos questionados.

A União Federal recorreu para o STJ e, considerando que o recurso versa sobre temas afetados à repercussão geral, o processo retornou para o tribunal de origem a fim de que lá aguarde o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. Neste sentido, foi determinada a suspensão de todos os processos que versem sobre a incidência de IOF sobre atos cooperados até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a matéria. Quando da ocorrência dessa decisão, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Tribunal de origem) aplicará o entendimento proferido pelo STF ao caso do processo da cooperativa.

32. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade previdência privada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 377,04.

MACEIÓ-AL, 31 de dezembro de 2020

JAILSON ALMEIDA DA SILVA
DIRETOR ORGANIZACIONAL E RISCOS
CPF: 177.771.004-91

MARIA KELLYANE LOPES DE VERAS OLIVEIRA
CONTADORA
CRC-PB 012269/O-6 S AL
CPF: 080.326.154-31

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia - Sicoob Leste

Maceió – AL

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia e Empresários da Região Metropolitana do Agreste Alagoano - Sicoob Leste, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Leste em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

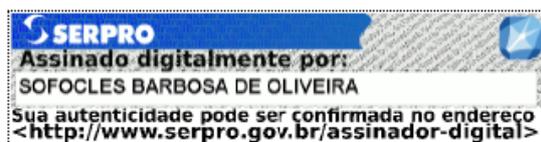
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia – Sicoob Leste, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame mensal dos Balancetes mensais, das Demonstrações Financeiras e Contábeis, juntamente com o parecer da auditoria externa e do Relatório da Administração, relativos ao exercício de 2020, bem como, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do exercício social, declara que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos acima citados sejam aprovados pelos delegados na Assembleia Geral Ordinária 2021.

Registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do exercício findo, ao Sicoob Leste, foram devidamente consideradas.

Maceió/AL, 26 de fevereiro de 2021.

Railson Silva Oliveira
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Alberício Fonseca de Souza
Conselheiro Fiscal

Gildo Ribeiro Leal
Conselheiro Fiscal

www.sicoob.com.br

RELATÓRIO ANUAL

SICOOB LESTE 2020



/sicoobnordeste

/sicoobnordeste

